

## Classificação de documentos em universidades: um estudo de três casos

Maria Raquel Lisboa Costa Marques

[mraquel.lisboa@gmail.com](mailto:mraquel.lisboa@gmail.com)

### Resumo:

O estudo visa a discussão de características organizacionais universitárias, oferecendo uma análise a respeito da adequação da classificação de documentos em relação às suas atividades e particularidades administrativas. O objetivo é debater a representação das atividades nesse específico modelo organizacional, relacionando os elementos que o constituem ao método de classificação arquivístico. A investigação para conhecimento de uma organização envolve inúmeras variantes, nem sempre claras. Para o desenvolvimento de planos de classificação é fundamental que essas informações possam fornecer subsídios para o método classificatório e seus respectivos princípios. Esses elementos, entretanto, corriqueiramente causam opiniões controversas entre os profissionais responsáveis por seu desenvolvimento. Com o intuito de identificar e debater algumas das dificuldades para o aperfeiçoamento da classificação arquivística, observamos três propostas relativas ao modelo organizacional das universidades. Em primeiro lugar, aproveita-se da recente iniciativa consolidada de construção do plano de classificação desenvolvido para as Instituições de Ensino Superior no Brasil. Discute-se também o plano de classificação que vem sendo desenvolvido em conjunto para as universidades estaduais Paulistas. A terceira proposta é um trabalho desenvolvido com base nas atividades de universidades americanas, pela arquivista Helen Samuels, que visa a identificação e avaliação de funções. Investigam-se características da administração universitária atual e fazem-se algumas considerações sobre cada um dos trabalhos assinalados. Em última instância, procura-se apontar caminhos mais confiáveis para a classificação de documentos. Acredita-se que as descobertas derivadas desse tipo de estudo possam atender a uma vasta comunidade de arquivistas de universidades.

**Palavras-chave:** Arquivologia, Classificação de documentos, universidades, plano de classificação

### **Introdução**

A análise para conhecimento de uma organização envolve inúmeras variantes. Essas variantes nem sempre são claras. Pesquisas com este fim precisam possuir uma metodologia definida e atualizada que dê conta das especificações de sua organização. Para o desenvolvimento de planos de classificação é fundamental que esse conhecimento possa definir o método classificatório e seus princípios de classificação, que corriqueiramente causam opiniões controversas entre os profissionais responsáveis por seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a partir de três casos de base comum, discute-se neste breve trabalho a construção de planos de classificação desenvolvidos para organizações universitárias. Procura-se oferecer uma análise a respeito da adequação de seus princípios de divisão, em relação às suas atividades e particularidades administrativas. O objetivo é debater a representação dos documentos produzidos em universidades, relacionando os elementos que as constituem ao método de classificação arquivístico, através de um pensamento crítico para seu desenvolvimento.

As reflexões aqui encontradas são resultantes do estudo empírico realizado na pesquisa de mestrado da autora. Acredita-se que a identificação de algumas dessas recorrentes dificuldades e as descobertas derivadas desse tipo de estudo possam atender a uma vasta comunidade de arquivistas de universidades.<sup>1</sup>

### **1. Método de análise**

Para desenvolvimento da proposta, aproveita-se da recente iniciativa consolidada de construção do plano de classificação e da tabela de temporalidade desenvolvidas para as Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, que até pouco tempo ainda não haviam recebido uma preocupação contundente a respeito da criação de seus instrumentos. Analisa-se criticamente o trabalho produzido em relação à classificação de documentos para as universidades federais no Brasil, considerando a caracterização de seu modelo administrativo. Para a análise crítica-comparativa, são citados como

---

<sup>1</sup> SAMUELS, H. Varsity Letters: documenting modern colleges and universities, the society of american archivist. p. 3

exemplos, dois outros trabalhos similares voltados para a definição de funções universitárias: o trabalho, ainda em desenvolvimento, referente ao plano de classificação para as universidades estaduais paulistas e o trabalho proposto pela arquivista Helen Samuels, relativo às funções universitárias americanas.

Em todos os casos encontram-se métodos desenvolvidos através da análise das características organizacionais e dos documentos produzidos por suas referentes atividades. Ressalva-se, contudo, que os três trabalhos apresentam o tipo de atividade desenvolvida por universidades como o foco do estudo, não delimitando-se a uma instituição, ou um fundo de arquivo específico. Nas propostas discutidas sugere-se, como princípio de trabalho, a identificação das funções tipicamente reconhecidas da organização universitária para o estabelecimento da classificação de documentos.

Não é proposto aqui o oferecimento de um novo modelo de classificação para este tipo de organização, mas sim o de incrementar a discussão de meios para o aprimoramento do fazer arquivístico com vistas ao aperfeiçoamento da gestão organizacional. Observa-se na análise a seguir alguns dos princípios de classificação escolhidos na construção dos planos, buscando o embasamento teórico para essas escolhas.

Ressalva-se, porém, que os pontos a serem observados não resolvem todas as questões. Visto que outros elementos ainda são passíveis de análise na construção de planos de classificação, como a própria documentação produzida, fora da alçada de nossa avaliação. De qualquer forma acredita-se que esse conjunto certamente poderá fornecer contribuições em relação a este foco específico de discussão.

## **2. Classificação de documentos em universidades**

Segundo estudo realizado por Sousa, o uso insipiente de planos de classificação na administração pública levou o Arquivo Nacional a propor uma padronização do uso desse instrumento para a classificação dos documentos relativos à atividade-meio, publicado pela resolução 4 do Conarq e modificado pela resolução 14<sup>2</sup>. Esse tipo de proposta de trabalho não apresenta foco direcionado a um único órgão, mas a entidades

---

<sup>2</sup> SOUSA, R. Op. Cit. p. 155

que desenvolvem atividades similares, pressupondo-se, como resultado, uma estrutura de classificação comum.

Para o caso das atividades-fim dos variados órgãos da administração pública federal, os relativos planos de classificação de documentos devem ficar a cargo de cada um deles. Ainda assim, sua produção precisa ser assistida pelo Arquivo Nacional e seu resultado aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos. Dessa maneira, de acordo com os procedimentos determinados pelo Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos – SIGA, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB desenvolveu seus instrumentos de gestão de arquivos relativos às suas específicas atividades-fim.

Deu-se, entretanto, que a partir da consolidação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos, encaminhada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ao Arquivo Nacional, a qual foi aprovada pela Portaria nº 30, de 25 de julho de 2001, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional e, posteriormente, pela Resolução nº 08, de 1 de agosto de 2001, do Conselho Universitário – CONSUNI da UFPB, outras universidades passaram a utilizar esses mesmos instrumentos.

Sucederam-se então inúmeras sugestões para revisão do plano de classificação, que proporcionou a formação de um grupo de trabalho organizado pelo Arquivo Nacional para a elaboração de uma estrutura padrão e única para todas as instituições de ensino superior. O resultado desse trabalho entrou em vigor por meio da Portaria AN/MJ nº 092, de 23 de setembro de 2011. Nela fica aprovada a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior.

Considera-se elogiável o esforço empreendido pelo Arquivo Nacional e pelos membros das Comissões Permanentes de Avaliação de documentos, participantes do grupo de trabalho para o desenvolvimento de instrumentos, visando à implementação da gestão de documentos nas universidades federais, embora fique a dúvida sobre a rigidez do formato. Por mais exaustivas que tenham sido as discussões entre os representantes das instituições, por mais que se refiram a um mesmo perfil organizacional, sempre haverá situações particulares em que alguma das universidades poderá não ser

contemplada. De acordo com as dificuldades encontradas neste tipo de trabalho, segundo considerações do grupo de trabalho dos sistemas de arquivos das universidades estaduais paulistas, que vem se dedicando à elaboração de trabalho semelhante, as diferenças nas culturas organizacionais encontradas, se mostraram maiores do que se supunha inicialmente, já que, de maneira geral, todas estão submetidas à mesma legislação<sup>3</sup>.

Vejamos então o resultado desse trabalho a seguir:

CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO RELATIVOS AS ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES)

CLASSE 100 - ENSINO SUPERIOR  
CLASSE 200 - PESQUISA  
CLASSE 300 – EXTENSÃO  
CLASSE 400 – EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL  
CLASSE 500 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
CLASSE 600 – (vaga)  
CLASSE 700 – (vaga)  
CLASSE 800 – (vaga)

A estrutura de classificação apresentada acima define as classes e subclasses, por meio de código decimal. Isso significa que o formato não aceita mais de 10 divisões em cada nível. O método segue o padrão estabelecido para as atividades-meio da administração pública federal. Que possui a classe 000 – Administração Geral e a classe 900 – Outros assuntos destinados aos documentos da atividade-meio, de acordo com as disposições assinaladas pela resolução 14 do Conarq.

As três primeiras classes, ENSINO, PESQUISA e EXTENSAO, representam a missão, definida constitucionalmente. A quarta classe, EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL, também apresenta um princípio de classificação relacionado ao ENSINO. Entretanto, por representar atividades direcionadas a outro público, a classe foi estabelecida sem vínculo à primeira, caracterizada pelo ensino superior.

Em relação a essa questão, a partir do estabelecimento da divisão que diferencia a classe 400 da função ENSINO, de acordo com o nível de execução das referidas funções, entende-se que a medida evita saturação da classe 100. O que de fato se mostra

---

<sup>3</sup> Resumo enviado para a organização do CONPUESP – Congresso dos Profissionais das Universidades Estaduais de São Paulo – 25 e 26/10/2011

importante no processo de classificação é a clareza dos métodos e dos princípios utilizados. Por isso, o que se considera problemático, nesse caso, não é a opção feita referente à separação das atividades, mas a imprecisão da proposta metodológica adotada.

O ensino básico e fundamental em universidades tende a surgir como laboratório de aprendizagem do ensino superior, assim como os hospitais universitários, por exemplo. O crescimento dessas atividades no desenvolvimento organizacional adquire características sólidas, o que as configura como uma prestação de serviço praticamente independente da sua motivação inicial. Compreender a definição da função, nesse caso, é fundamental não apenas pra justificar sua presença como princípio de divisão, mas para abrir possibilidade de inserção de outras funções não consideradas vinculadas à missão, em primeira instância.

A CLASSE 500 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, embora seja caracterizada pela função de conferir assistência aos estudantes, não se configura exatamente como uma atividade-fim das universidades. De acordo com o Plano de Assistência Estudantil, estabelecido pelo MEC, a função é configurada como um recurso utilizado para possibilitar a melhoria das principais funções universitárias. Como se observa,

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa.<sup>4</sup>

Verificam-se, portanto, diferentes atribuições na definição de princípios logo na primeira divisão do plano de classificação destinado às atividades-fim. Princípios com diferentes significados em um mesmo nível, pode se configurar, em tese, como um problema de classificação reconhecido. Considerando-se que o critério de divisão esvazia-se, na medida em que não há regularidade em seus conceitos. De modo prático,

<sup>4</sup> Portal do Ministério da Educação, Pnaes. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content&view=article). Acesso em: 06.12.2011

por outro lado, a opção por esta disposição de classes também encontra condições que a justifique.

Assim como se observa na classe 400, entende-se que o estabelecimento da representação das atividades referentes à assistencial estudantil é fundamental e necessário, ainda que não seja caracterizado como um dos objetivos das universidades. Na medida em que se definem apenas dois critérios de classificação necessariamente excludentes, no nível mais alto do plano de classificação, sem que as idiosincrasias administrativas sejam consideradas, alguns desvios à regra acabam necessitando serem relevados. A expansão e o desenvolvimento das funções universitárias tocam características relativas não apenas às atividades finalísticas. Por isso, encontram-se no conjunto de atividades-meio, relativas às universidades, particularidades que não são encontradas nas típicas atividades de suporte, comuns a todas as organizações.

Verifica-se o exposto na tabela abaixo:

<b>Classe</b>	<b>Princípio</b>
100 – ENSINO	Função Vinculada à Missão
200 – PESQUISA	Função Vinculada à Missão
300 – EXTENSÃO	Função Vinculada à Missão
400 – EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL	Função
500 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Função de Suporte Universitário
600 – (vaga)	---
700 – (vaga)	---
800 – (vaga)	---

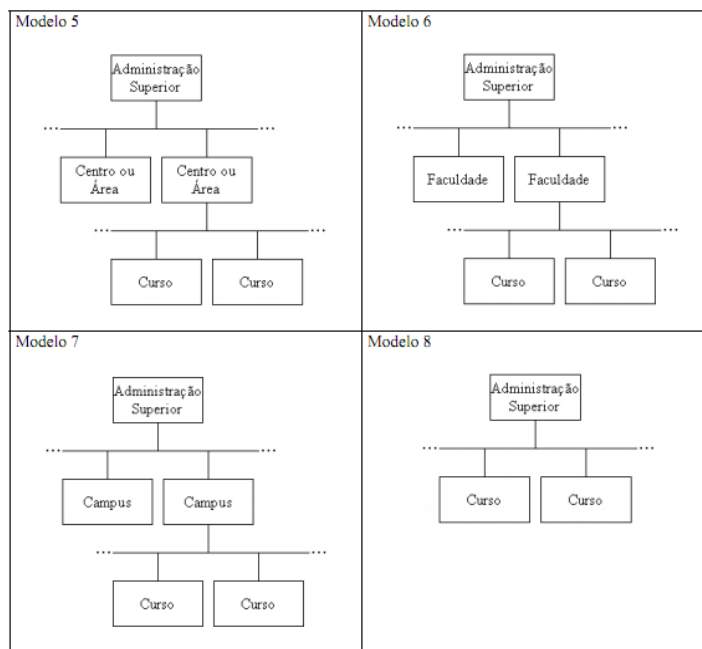
À respeito da classe ENSINO, verifica-se um outro tipo de inconsistência. Para essa discussão, busca-se a compreensão do elemento estrutural nas organizações universitárias. Destaca-se o estudo feito por Lopes e Bernardes, pesquisadores da Universidade Federal Fluminense. Segundo os autores

A departamentalização imposta por lei fez do departamento de ensino a menor fração da estrutura administrativa das universidades, congregando

professores/pesquisadores de um elenco de disciplinas afins. Conforme já mencionado, as transformações ocorridas a partir da segunda metade do século passado: crescente especialização funcional do conhecimento, pluralismo social e explosão da demanda social por educação superior, fizeram da universidade, antes um órgão de elite, em uma instituição de massa. Tal metamorfose exigiu uma remodelagem institucional e, por conseguinte, dos conceitos de universidade liberal e de liberdade acadêmica.<sup>5</sup>

Os novos modelos identificados, diferentemente do que acontecia anteriormente, possuem nos cursos a representação da sua menor unidade administrativa, não nos departamentos. O levantamento feito pelos autores apontou quatro modelos de estrutura organizacional em universidades contemporâneas, como se observa a seguir.

Os modelos clássicos dão aos cursos organização colegiada que demandam disciplinas de diferentes departamentos, como, por exemplo, o curso de Administração demanda disciplinas dos departamentos de Administração, Contabilidade, Economia, Estatística, Matemática, etc. Nos novos modelos as disciplinas estão vinculadas diretamente ao curso. Estão, portanto, adicionados aos quatro modelos básicos de estruturação os seguintes organogramas, no que se refere às atividades-fim: 5) agregação de cursos em poucos centros (algumas vezes designados como áreas); 6) reunião de cursos em número maior de faculdades; 7) cursos vinculados a administração de um campus (especialização regional); e 8) ligação direta de cursos à administração superior. Tais modelos estão representados na figura abaixo<sup>6</sup>:



Fonte: BERNARDES, F; LOPES, Luiz A. C. – 2010

<sup>5</sup> BERNARDES, F; LOPES, Luiz A. C. Estruturas administrativas das universidades. p.5

<sup>6</sup> BERNARDES, F; LOPES, Luiz A. C. Estruturas administrativas das universidades. p.5



A diversidade de atividades desenvolvidas e de suas necessidades específicas dificulta a definição de um modelo claro. Por isso, as universidades podem contemplar muitas possibilidades de estrutura ao mesmo tempo. Segundo Reinet:

Na administração superior, nas direções de centro e nos departamentos de ensino, encontramos uma estrutura tipicamente funcional. Nela, as pessoas estão agrupadas de acordo com seus conhecimentos técnicos e suas habilidades específicas. Muitas universidades são multicampi, ou seja, seus departamentos funcionais se duplicam por intermédio de seus vários campi. Esta é a característica da estrutura divisional por base territorial. Mas uma das características principais das universidades modernas é a estrutura adaptativa. Neste caso, ela contempla, simultaneamente, a estrutura por projeto e a estrutura matricial<sup>7</sup>.

O autor afirma ainda que:

Um outro modelo estrutural ainda mais complexo que o citado anteriormente é o modelo matricial, talvez o modelo mais importante contemplado na multi-estrutura das organizações universitárias. A base de funcionamento deste modelo é o mesmo que o anterior. A diferença é que aqui os projetos são permanentes. No caso das unidades acadêmicas, podemos considerar os cursos de graduação, mestrado e doutorado. Normalmente, cada um destes cursos é contemplado com uma unidade administrativa específica, que são as coordenadorias de curso. Da mesma forma que no caso anterior, os professores, que são subordinados administrativamente a um departamento de ensino, exercem suas atividades de magistério dentro de um ou mais cursos de graduação, mestrado ou doutorado<sup>8</sup>.

Segundo o autor, observa-se, portanto, que os cursos, configurados como projetos a serem desenvolvidos pelas instituições universitárias, definem a estrutura de organização. Embora seja o organograma uma técnica utilizada para a compreensão da organização, transmitindo a dimensão da realidade organizacional, esta representação nem sempre consegue oferecer uma ideia da verdadeira dimensão da realidade de uma estrutura universitária.

Com base nesse pressuposto, conclui-se que, dentre as suas variadas formas de organização, os níveis de ensino desenvolvidos nas universidades são definidos através de uma departamentalização tipificada por projetos permanentes: cursos de graduação, cursos de pós-graduação, cursos de ensino médio, entre outras possibilidades. Trata-se de uma organização estrutural, de onde se infere o conceito dos princípios utilizados.

<sup>7</sup>REINERT, Clio Op. Cit. p. 9

<sup>8</sup> Idem. Ibidem. p. 10

Embora sejam as universidades, caracterizadas pelo projeto de ensino superior, a coexistência de outros níveis de ensino determina seu aparelhamento estrutural, por meio de projetos. É possível apreender, portanto, o uso concomitante da classificação por estrutura e por função, não apenas no mesmo plano, como também em um mesmo nível de divisão.

As subclasses “120 – Cursos de Graduação”, “130 – Cursos de Pós-graduação stricto-sensu” e “140 – Cursos de pós-graduação lato-sensu” são, de maneira análoga, caracterizadas de acordo com a estrutura por projeto, traduzida no tipo de departamentalização desenvolvida nas universidades. Todavia, caso não houvesse o estabelecimento da subclasse “110 – Normatização. Regulamentação” e a subclasse “190 – Outros assuntos referentes ao ensino superior”, considerar-se-ia a divisão dessa classe apropriada. Afinal, esses elementos fazem parte da organização universitária e, teoricamente, são capazes de indicar o contexto de produção documental de cada um desses níveis. Além disso, trata-se de projetos que dificilmente cairão em desuso e, por isso, não provocarão necessidade de reformulação na configuração das classes do plano com facilidade.

Entender o modelo de organização e funcionamento da universidade a partir desse conhecimento, dos métodos e dos processos administrativos deve facilitar a elaboração dos planos, promovendo maior segurança e fundamentação teórica para a sua esquematização. Observam-se, assim, as características e princípios da classe 100 na tabela abaixo,

<b>Subclasse</b>	<b>Princípio</b>
110 – Normatização. Regulamentação	Subfunção
120 – Cursos de Graduação	Estrutura por projeto
130 – Cursos de Pós-graduação stricto-sensu	Estrutura por projeto
140 – Cursos de pós-graduação lato-sensu	Estrutura por projeto
190 – Outros assuntos referentes ao ensino superior	Assunto

Tendo em vista a relativa falta de clareza na delimitação da função da extensão universitária e forma pela qual suas atividades se desenvolvem, utiliza-se o exemplo da legislação disponibilizada pela Universidade de Brasília – UnB para desenvolver algumas considerações em relação à classe 300. No manual de extensão da UnB, observa-se sua conceituação da seguinte forma:

Toda atividade de extensão acadêmica pressupõe uma ação junto à comunidade, disponibilizando ao público externo à Instituição o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos na Universidade.[...]  
Por outro lado, essa ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado com o ensino e a pesquisa. Assim, a articulação entre a Universidade e a sociedade por meio da extensão é um processo que permite a transferência para a sociedade dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e pesquisa. A captação das demandas e necessidades da sociedade permite orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Esse processo estabelece uma relação dinâmica entre a Universidade e seu contexto social.<sup>9</sup>

A classe referente à função de extensão foi elaborada a partir dos diferentes tipos de modalidade, pelos quais as atividades se desenvolvem. Estabelecendo-se da seguinte maneira:

#### CLASSE 300 – EXTENSÃO

- 310 - Normatização. Regulamentação
- 320 - Programas de extensão
- 330 - Projetos de extensão
- 340 - Cursos de extensão
- 350 - Eventos de extensão
- 360 - Prestação de serviço
- 370 - Difusão e divulgação da produção acadêmica
- 380 - Programa institucional de bolsas de extensão
- 390 - Outros assuntos referentes à extensão

Segundo o estudo sobre as funções universitárias desenvolvido por Samuels, a extensão é considerada a mais amorfa das funções, sendo muitas vezes difícil de ser identificada por compreender uma diversidade grande de atividades, aplicada à inúmeras situações. As subdivisões da classe 300, de fato parecem adequadas às características expostas, com base no seu conceito e nos tipos de atividades desenvolvidas. Na prática, contudo, sua função se desenvolve através do inter-relacionamento com outras atividades,

<sup>9</sup> Manual de Extensão. Ed. UNB. Brasília, 2004. p. 7 – disponível em:  
<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/documentos.html>  
acesso em: 07.11.2011

do mesmo modo em que suas modalidades são, muitas vezes, amarradas umas às outras.

A realização de atividades extracurriculares por exemplo, pode ser configurada sob a noção de Extensão, para o complemento do Ensino. Na UnB, essa possibilidade é advertida em seu estatuto, da seguinte forma:

Art. 45 – O ensino na Universidade de Brasília é ministrado em cursos de:

- Graduação
- Pós-Graduação
- Extensão

Observa-se nessa prerrogativa estatutária a possibilidade de ocorrência de documentos derivados de cursos de extensão, vinculados à função ENSINO. Essa situação implica, certamente, no surgimento de problemas na classificação de um documento quando as três grandes funções, ensino, pesquisa e extensão, se encontram definidas de maneira paralela e estanque.

Considerando-se a dificuldade na precisão deste tipo de atividade, verifica-se na possibilidade de reconhecimento dos processos pelos quais as atividades são desenvolvidas, a identificação de sinais para sua classificação. Entende-se que a complicação apresentada só pode ser solucionada a partir do uso de instrumentos de análise de gestão organizacional mais sofisticadas. Além disso, o aprofundamento do estudo do conceito de extensão, certamente será capaz de oferecer significado mais sólido para a representação dessa função.

A questão relacionada às atividades de prestação de serviço pode corresponder à função da extensão, com objetivo de compartilhar o conhecimento produzido pelas universidades com a sociedade, ou apenas como forma de captação de recursos financeiros. Tendo em vista a caracterização do novo modelo da organização universitária, de estruturas mais flexíveis, composto por novas funções, identifica-se neste último tipo de atividade um substancial problema no formato estabelecido pelo plano de classificação.

A variedade de atividades voltadas para a prestação de serviços, não caracterizadas pela extensão, independentes da área educacional, são prontamente excluídas de qualquer possibilidade de classificação. As atividades de suporte,

representadas pelo plano de classificação para as atividades-meio, instituído pelo Conarq, da mesma maneira não as contempla, nem abre espaço para esse tipo de inserção.

Em relação a atividades não observadas no plano das IFES, destaca-se ainda outras funções auxiliares, específicas das universidades, desenvolvidas por meio de órgãos complementares, como observa-se no estatuto da UnB:

Art. 40. Aos Órgãos Complementares competem atividades de caráter permanente de apoio, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 41. Os Órgãos Complementares são:

1. Biblioteca Central;
2. Centro de Informática;
3. Editora Universidade de Brasília;
4. Fazenda Água Limpa;
5. Hospital Universitário;
6. Rádio e Televisão Universitárias.

Verifica-se nessa questão um indício da problemática apresentada pelo rigoroso preestabelecimento da divisão entre atividades-meio e atividades-fim, para o desenvolvimento da classificação de documentos. Nesses termos, a diversificação funcional constatada, presente nas universidades, indica uma reavaliação a respeito do uso que se faz dessa divisão e principalmente, a respeito da consequência do seu engessamento. Acredita-se na possibilidade de uma representação mais condizente à realidade particular dessas organizações, tal qual observamos, sem que o método seja recorrentemente subvertido em virtude de adaptações necessárias aos fatos.

Nesta mesma linha de trabalho, citamos, para ampliação do debate, a iniciativa que vem sendo desenvolvido pelas universidades paulistas – Universidade de São Paulo – USP, Universidade de Campinas – Unicamp e Universidade Estadual Paulista – Unesp – para construção de instrumentos de gestão de documentos únicos para essas organizações. Ressalva-se que o trabalho ainda se encontra em desenvolvimento, embora sua menção tenha sido generosamente autorizada pelos integrantes de seu grupo. De acordo com o resumo do seu projeto, apresentado no Congresso de funcionários das 3 universidades estaduais paulistas, em outubro 2011,

o SAESP vem incentivando a elaboração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de documentos gerados pelas atividades finalísticas das secretarias de estado, tendo em vista que os instrumentos de gestão das atividades-meio já foram publicados pelo SAESP, tendo contado inclusive com a colaboração das universidades no que diz respeito à metodologia empregada.<sup>10</sup>

“na condição de parceiros em relação ao Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP)”<sup>11</sup>, portanto, o grupo de trabalho procura desenvolver seu instrumento de acordo com o mesmo método utilizado no plano de classificação referente às atividades-meio do Estado de São Paulo. A estrutura estabelecida para estas atividades foi instituída por meio do decreto Nº 48.897, de 27 de agosto de 2004.

No ponto em que se encontra o desenvolvimento do trabalho para as universidades paulistas, observa-se que a classificação está estrutura da seguinte forma:

1. GESTÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
2. GESTÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
3. GESTÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
4. GESTÃO DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO, FUNDAMENTAL E INFANTIL
5. GESTÃO DA PESQUISA
6. GESTÃO DA EXTENSÃO
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL
8. GESTÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
9. GESTÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Verifica-se que a identificação das funções que vem sendo estabelecida neste trabalho apresenta muitas características semelhantes às dispostas pelo plano de classificação destinado às atividades-fim das IFES. Nesse caso, contudo, a função caracterizada pelo “ensino” foi desmembrada em quatro divisões, distinguidas pela estrutura de organização de seus diferentes projetos. Optou-se pelo estabelecimento dessa divisão no mesmo nível das funções de Pesquisa e Extensão, bem como de outras funções que, supõe-se serem referentes às atividades de suporte.

Como discutido anteriormente, entende-se que a inserção dessas funções corroboram com a necessidade de repensar o critério de classificação por meio do qual esse instrumento é designado. Algumas atividades-meio, supõe-se contempladas pelo plano de atividades-meio do SAESP. Mas não restam dúvidas quanto à quantidade e

<sup>10</sup> Resumo enviado para a organização do CONPUESP – Congresso dos Profissionais das Universidades Estaduais de São Paulo – 25 e 26/10/2011

<sup>11</sup> Idem

diversidade de funções específicas às universidades, que deixariam de ser consideradas no modelo de classificação apresentado, caso não fosse aberto espaço para indistinção entre atividades meio e fim.

A respeito da multiplicidade de funções nas universidades contemporâneas, verifica-se no trabalho da autora Helen Samuels em *The functions of Colleges and Universities: Structure and uses of Varsity Letters*, uma proposta mais ousada, na mediada em que, a classificação de funções não aparece previamente identificada pelas atribuições tradicionais deste tipo de instituição.

Segundo a autora, embora as universidades sejam marcadas, tradicionalmente, por três missões – ensino, pesquisa e extensão –, essa tríplice missão deveria ser mais adequada ao se descrever as universidades do século XIX e do começo do século XX. Mas falha ao por não refletir a grande multiplicidade de atividades que constitui as universidades contemporâneas.<sup>12</sup>

O que costuma ocorrer em relação aos procedimentos de classificação, na opinião da autora, está relacionado ao que vimos discutindo, o uso de uma teoria aceita, que não necessariamente corresponde ao crescimento e à complexidade dos arquivos atuais<sup>13</sup>.

O projeto de Samuels parte do reconhecimento de características administrativas universitárias, acrescentando à essa interpretação, outros atores, tais como estudantes, professores, funcionários e membros externos às atividades universitárias para a definição da representação das funções das universidades. Em seu trabalho, a quantidade de funções é expandida, transformando as três missões em sete grandes funções, como observamos no gráfico a seguir:

---

<sup>12</sup> SAMUELS, H. Op Cit. p. 20

<sup>13</sup> Idem, Ibidem. p. 2



Fonte: H. Samuels - 1992

1 – Confer Credentials – (Conferir Titulação) descreve o processo de recrutar, selecionar e admitir estudantes, promovendo suporte financeiro e acadêmico;

2 – Convey Knowledge – (Transmitir Conhecimento) abrange a formulação e a demanda curricular, assim como o processo de aprendizagem;

3 – Foster socialization – (Promover Socialização) Inclui a aprendizagem informal que se realiza fora das salas de aula, de maneira planejada ou não, por meio de residências, atividades extracurriculares e assistência pessoais;

4 – Conduct Research (Conduzir Pesquisa) – descreve a promoção de esforços na formação dos estudantes na busca por conhecimento;

5 – Sustain the Institution (Dar Suporte à Instituição) – diz respeito às áreas que asseguram a continuidade da instituição como, governança, finanças, gestão, estrutura física

6 – Provide Public Service (Fornecer Serviços Públicos) – todas as atividades direcionadas à comunidade externa;

7 – Promote Culture – (Promover Cultura) diz respeito às atividades que exploram o papel da instituição como coletor e promovedor de cultura por meio de museus, bibliotecas e arquivos.

Considera-se o trabalho da autora notório e de grande relevância para o aproveitamento da discussão das funções universitárias. A solidez do resultado de sua



proposta é assegurada por meio do estudo da documentação produzida por essas organizações e pelo estudo aprofundado do significado de cada uma das atividades apresentadas. Nesse sentido, guardadas as devidas diferenças entre as universidades brasileiras e americanas, considerando seus diferentes contextos sociais e formas de financiamento do ensino superior, observam-se os seguintes aspectos:

- O gráfico apresentado demonstra o desdobramento das funções, do modo pelo qual são estabelecidas tradicionalmente. Nota-se, contudo, que não existe nessa proposta um preestabelecimento inicial de atividades-meio ou de atividades-fim. Embora seja possível deduzir quais são finalísticas ou auxiliares, evita-se o engessamento imposto por essa definição;

A função ensino deixa de corresponder a uma unidade, dando lugar a quatro outras funções, que se alocam no mesmo nível da função relacionada à pesquisa e da função relacionada à extensão. Esse re-significado atribuído ao Ensino apresenta uma pluralidade maior de alternativas ao enquadramento de funções universitárias desenvolvidas contemporaneamente;

As funções 3 – Promover socialização e 6 – Prover serviços públicos possuem significados similares. Em um primeiro olhar, ambas podem ser consideradas atividades de extensão, pois se referem a atividades alternativas, realizadas fora das salas de aula. A diferença, segundo a autora, está em sua finalidade. A primeira está voltada para o aprendizado do aluno, oferecendo outras formas de conhecimento para sua formação. A segunda, por sua vez, é completamente voltada para o atendimento ao público externo à universidade. Em suas palavras,

serviço público pode ser melhor compreendido a partir de quem recebe o serviço. Não importa qual a definição, o público refere-se basicamente àqueles indivíduos e grupos que normalmente não são atendidos pela instituição.<sup>14</sup>

Considera-se que a proposta apresentada talvez pudesse facilitar a classificação das atividades de extensão. A observação da finalidade da ação deve servir de

---

<sup>14</sup> SAMUELS, H. Op. Cit. (Trad. Livre) p. 232

justificativa para a representação da atividade, assegurando o contexto de produção do documento, mesmo que nem sempre seja possível defini-las com clareza.

Observa-se que de modo geral a proposta da arquivista Helen Samuels se apresenta de maneira mais consistente que as demais, em relação à escolha seus princípios de classificação. Nesse caso é possível observar que existe diferenciação entre as atividades primárias e de suporte, sem entretanto designá-las à priori. A macroavaliação feita pela autora utiliza apenas o critério funcional, evitando a mistura de princípios em mesmo nível. Ressalva-se que o trabalho desenvolvido pela autora não é o resultado de uma lei normativa. Trata-se de um estudo profundo de referencia para a identificação de funções nas universidades americanas, oferecendo subsídios mais sólidos para a organização de seus arquivos.

### 3. Considerações Finais

Reconhecendo-se o crescimento do volume de documentos e da complexidade institucional, os arquivistas precisam de novas abordagens, ou não serão capazes de documentar a sociedade em sua contemporaneidade<sup>15</sup>. Neste trabalho, não se indica formas ideais a respeito dos métodos empregados e desenvolvidos na classificação. Busca-se apenas discutir algumas inconsistências, apresentando novas possibilidades para os problemas atuais.

O plano de classificação, como representação da realidade organizacional, não consegue resolver a complexidade da realidade contemporânea. Deve-se perceber a interligação das atividades, as novas formas de estruturação existentes, e seu *modos operandi* em vigor. As universidades, como exemplo de organizações contemporâneas, configuradas como sistemas em constante interação com o seu contexto, adequam-se para criar condições necessárias a sua sobrevivência. Por isso, parece fundamental preocupar-se em entendê-las a partir do significado apresentado pela sua constante transformação.

Acredita-se que a análise da transformação organizacional e a identificação da variação dos seus elementos sejam capazes de fornecer uma nova perspectiva para a discussão do método de interpretação para a pesquisa em classificação de documentos de

---

<sup>15</sup> Idem. Ibidem. p. 2

arquivo. Embora a complexidade da questão seja muito mais abrangente do que as questões ora apresentadas por este trabalho.

O trabalho do arquivista na classificação reside na necessidade de diagnosticar, conhecer e representar. Entretanto, a comum reprodução dos métodos arquivísticos, desprovida de adequação às recentes demandas não tem se mostrado suficiente para a apreensão dessa realidade. Por isso, ainda que essa se trate de uma atividade de origem prática, procura-se aprimorar as habilidades de interpretação da realidade organizacional por meio da pesquisa científica.

### Referências Bibliográficas

BARRY, Rick. "Keeping records in changing organizations," in [controlling the past: documenting society and institutions. – essays in honor of Helen Willa Samuels](#). In: Cook, T (Ed). **Society of American Archivists**, [S.l.], 2011, p. 195-216.

BARTOLOMEO, Ricardi Di. Taylor e as organizações. In: COSTA, Paulo Moreira da (Org.). **Taylorismo: após 100 anos, nada superou o modelo de gestão**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. p.43-59.

BERNARDES, Francesca Ribeiro; LOPES, Luiz Antonio Coelho. Estruturas administrativas das universidades. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/50.pdf>>. Acesso em: 26 ago.2010.

BERNARDES, Ieda Pimenta (Coordenação) **Gestão Documental Aplicada** / Ieda Pimenta Bernardes, Hilda Delatorre São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p

BERNARDES, Ieda Pimenta (Coordenação) **Aplicação do plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio** / Ieda Pimenta Bernardes, Hilda Delatorre, Camila Brandi de Souza, Eliana Martinelli. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 72 p.

BOTELHO, E. et al. **Captação de recursos alternativos UFF**. Disponível em: <[http://www.latec.uff.br/cneg/documentos/anais\\_cneg4/T7\\_0013\\_0454.pdf](http://www.latec.uff.br/cneg/documentos/anais_cneg4/T7_0013_0454.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2011

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COOK, T. "Documenting Appraisal as a Societal-Archival Process: Theory, Practice, and Ethics in the Wake of Helen Willa Samuels," in *controlling the past: documenting society and institutions. – essays in honor of Helen Willa Samuels* In: Cook, T (Ed). **Society of American Archivists**, [S.l.], 2011

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas 1995.

MENNE-HARITZ, Angelika. **Business processes: an archival science approach to collaborative decision making, records, and knowledge management**. Dordrecht; Boston: Kluwer Academic Publishers, 2004

MIRANDA, Nair. Sistema de planejamento estratégico da UnB. In: MARCELINO, Gileno Fernandes (Coord.) **Gestão estratégica de universidade: a construção da FACE/UnB**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 256 p

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1989

MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Introdução a organização burocrática**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MUNDET, Jose Jamon Cruz. **Manual de archivística. 2. ed. Madrid**: Fundacion German Sanchez Ruiperez, 2001

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. Designing and implementing recordkeeping systems (DIRKS) Manual. Canberra: NationalArchivesofAustralia, 2007. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/records-management/publications/DIRKS-manual.aspx>> . Acesso em 05.01.2012

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organizações e métodos: uma abordagem gerencial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de Processos – Conceitos, Metodologia, Práticas**. São Paulo: Atlas, 2006

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

REINERT, José Nilson. Universidade e multi-estruturas: gestão universitária na América do Sul. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL, 1., 2000, Florianópolis. Disponível em: <[http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio01/trabalhos\\_area3.htm](http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio01/trabalhos_area3.htm)>. Acesso em: 23 maio 2011.

REINERT, Clio. A universidade como modelo de estrutura organizacional. Disponível em: <[http://rapes.unsl.edu.ar/Congresos\\_realizados/Congresos/III%20Encuentro/Completo/REINERT2.pdf](http://rapes.unsl.edu.ar/Congresos_realizados/Congresos/III%20Encuentro/Completo/REINERT2.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

RIZZATTI, G.; RIZZATTI JR., G. Organização universitária: mudanças na administração e nas funções administrativas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. Disponível em: <[www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Gerson%20Rizzatti%20-](http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/completos/Gerson%20Rizzatti%20-)>. Acesso em: 07 set. 2011

SAMPAIO, Anita Lapa Borges de. **Autonomia universitária**: um modelo de interpretação e aplicação do art. 207 da constituição federal. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

SAMUELS, H. **Varsity Letters**: documenting modern colleges and universities, the society of american archivist, Metuchen: N.J. & London, The Scarecrow Press Inc., 1992.

SANTOS, F. **A organização e gestão das universidades**: aplicação ao ensino superior público português. 1997. 192 f. Tese (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) - Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 1997.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006 p. 138.

\_\_\_\_\_. **Classificação em arquivística**: trajetória e apropriação de um conceito. 2004. 237 f. Tese (Doutorado em História Social). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Classificação como função matricial do que fazer arquivística. In: INNARELLI, H. C.; SANTOS, Vanderlei Batista ; SOUSA, R. T. B. **Arquivística**: temas contemporâneos. 1. ed. Brasília: SENAC, 2007. v. 01